

IMAGENS ALÉM DE TUDO: a destinação simbólica e o signo da denúncia na circulação de uma imagem do genocídio Yanomami¹

IMAGES BEYOND EVERYTHING: the symbolic destination and the sign of denunciation in the circulation of an image of the Yanomami genocide

João Damasio da Silva Neto²
Marlon Santa Maria Dias³

Resumo: Em dezembro de 2022, a fotografia de uma idosa yanomami com desnutrição severa foi divulgada pela Urihi Associação Yanomami e publicada em diversos veículos jornalísticos, a fim de denunciar a crise sanitária ocorrida na Terra Indígena Yanomami. Um mês depois, com o falecimento da mulher, a Urihi solicitou que a foto não fosse mais reproduzida. Os yanomami costumam restringir a circulação das imagens de seus mortos. Neste artigo, analisamos a referida foto a partir do que se revela em sua circulação: os dilemas entre a destinação simbólica da imagem para os yanomami e o trabalho sógnico de denunciar pela imagem para sobreviver. Ao se tornar totêmica, a imagem adensa seu caráter fantasmagórico, que a faz sobreviver nos indícios, mesmo quando ausente. Ao fim, o dilema nos coloca diante de uma demanda ética sobre a gestão política das imagens em circulação.

Palavras-Chave: Imagem. Yanomami. Genocídio.

Abstract: In December 2022, a photograph of an elderly Yanomami woman suffering from severe malnutrition was released by the Urihi Yanomami Association and published by various news outlets to denounce the health crisis in the Yanomami Indigenous Territory. A month later, following the woman's death, Urihi requested that the photo no longer be reproduced. The Yanomami often restrict the circulation of images of their deceased. In this article, we analyze the photograph through what is revealed in its circulation: the dilemmas between the symbolic purpose of the image for the Yanomami and its semiotic role in denouncing in order to survive. As the image becomes totemic, it intensifies its phantasmagoric nature, allowing it to persist through traces, even in absence. Ultimately, this dilemma raises an ethical demand regarding the political management of circulating images.

Keywords: Image. Yanomami. Genocide.

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Imagem e Imaginários Midiáticos. 34º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba - PR. 10 a 13 de junho de 2025.

² Produtor cultural na Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e professor no Programa de Pós-Graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação (PPGCE/UFU). Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). e-mail: joaodamasio16@gmail.com

³ Professor na Escola de Comunicação e Criatividade da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). Doutor em Ciências da Comunicação pela Unisinos. e-mail: marlon.smdias@gmail.com

*Gente comum não vê a imagem dos doentes para além de suas peles
(Davi Kopenawa e Bruce Albert em “A queda do céu”, 2015, p. 186)*

1. *Utupë* decai em imagem-denúncia

Os Yanomami, assim como outros povos indígenas, costumam restringir a circulação das imagens de seus mortos. Essa é uma das consequências da complexa política da imagem elaborada por esse povo, que, compreendendo o poder simbólico vital da imagem (*utupë*) que pertence a alguém, mantém rituais para sua destinação. Porém, nos últimos tempos, pareceu necessário ceder à iconofilia dos brancos para conseguir denunciar a catástrofe vivenciada em seus territórios, diante de seguidos ataques e abandonos, configuradores de um genocídio.

No final de 2022, foram divulgadas algumas imagens de pessoas yanomami em estado de desnutrição severa, apontando um problema de saúde coletiva. Além de crianças, assim registradas conjuntamente ou de costas⁴, ganhou notoriedade midiática a imagem frontal de uma mulher idosa, de pé, auxiliada por uma agente de saúde. Cerca de um mês depois do registro, ela veio a óbito. Enquanto veículos midiáticos e atores em redes sociais ampliavam a distribuição dessa imagem, a Urihi Associação Yanomami⁵, que divulgou a foto inicialmente, pedia que ela não fosse mais reproduzida, em respeito ao *utupë*⁶.

Essa imagem é o foco do presente estudo, que investiga os dilemas que surgem com sua circulação, quando *utupë* decai em imagem-denúncia. De fato, com a divulgação sobre essa catástrofe e o início de um novo governo, já em 20 de janeiro de 2023, o presidente Lula instituiu o Comitê de Coordenação Nacional para Enfrentamento à Desassistência Sanitária das Populações em Território Yanomami⁷, mas a situação segue em apuração e mitigação.

Em março de 2023, foi apresentada à Organização das Nações Unidas (ONU) a denúncia formal de genocídio sofrido pelos yanomami no Brasil durante os quatro anos de governo Bolsonaro (2018-2022). No período, 570 crianças yanomami morreram vítimas de

⁴ Primeiros registros vieram a público por meio do jornal on-line Sumaúma. Disponível em: <https://sumauma.com/nao-estamos-conseguindo-contar-os-corpos/>. Acesso em 20 jan. 2025.

⁵ Perfil @urihiyanomami no Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/urihiyanomami/>. Acesso em 20 jan. 2025.

⁶ *Utupë* é a imagem vital, que está no corpo, que sai do corpo em sonho e que segue para o *hutu mosi* (o céu dos Yanomami) após a morte. Essa imagem vital é parte da pessoa e o acesso a ela após o óbito de alguém pode provocar emoções de tristeza com relação à morte, sendo este um dos fortes motivos para evitá-la. Essa noção será relacionada ao conceito de imagem simbólica adiante.

⁷ DECRETO Nº 11.384, DE 20 DE JANEIRO DE 2023. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11384.htm. Acesso em 21 dez. 2024.

desnutrição e outros problemas de saúde, enquanto o garimpo ilegal era incentivado e agravavam-se diversas violências, como conflitos no campo e casos de estupro⁸.

A foto da mulher idosa, cujo estado de desnutrição podia ser percebido pela exposição da pele enrugada sobre os ossos, se tornou ícone desse estágio do genocídio dos povos indígenas no Brasil. Como disseram Kopenawa e Albert (2015, p. 186), pelo jeito, “gente comum não vê a imagem dos doentes para além de suas peles”⁹. E isso tem consequências simbólicas e políticas importantes.

Em um texto para o jornal on-line Sumaúma, a antropóloga Hanna Limulja (2023) delineou o dilema entre estas duas políticas da imagem: “Como alcançar o céu Yanomami se a imagem capturada está disseminada na internet?”. Entre as diversas emergências sociais que o caso impõe, ela destacou “o dramático impasse dos indígenas que, para denunciar seu genocídio ao mundo, precisam correr o risco de não alcançar a felicidade após a morte” já que, em sua cultura, “é preciso esquecê-los, para que possam ir definitivamente para o *hutu mosi*, e para que os vivos possam seguir vivendo”.

Neste artigo, nosso objetivo é analisar a referida imagem a partir do que se revela em sua circulação, isto é, em suas disputas de sentido (Rosa, 2019). Por isso, em um primeiro movimento, buscamos compreender a formação de um campo problemático em torno da imagem, a fim de identificar as condições de sua aparição e a sua constituição como um acontecimento (Quéré, 2005).

Em nossa proposição, o acontecimento da mulher yanomami em estado de desnutrição não apenas soma-se à denúncia sobre essa catástrofe, mas faz com que a própria imagem se configure também como uma catástrofe cotidiana (Leal; Gomes, 2020), conforme pontuamos adiante. É nessa chave heurística que apostamos para analisar a circulação dilemática e dialética dessa imagem, entre a destinação simbólica da sobrevivência da imagem para os yanomami e o trabalho sógnico de denunciar pela imagem para sobreviver.

Nosso objetivo é compreender os tensionamentos e as articulações entre o pensamento dos yanomami sobre a imagem (Viveiros de Castro, 2006; Kopenawa; Albert, 2015; Vega,

⁸ À ONU, líder Yanomami denuncia invasão do garimpo, estupro, doenças e a morte de 570 crianças indígenas. Disponível em <https://cimi.org.br/2023/03/a-onu-lider-yanomami-denuncia-invasao-do-garimpo-estupro-doencas-e-a-morte-de-570-criancas-indigenas/>. Acesso em 21 dez. 2024.

⁹ Nesse trecho, Kopenawa e Albert (2015) se referiam à gente comum também entre os yanomami, isto é, todos aqueles que não são xamãs. Neste artigo, utilizamos a frase para evidenciar a diferença de saber sobre a imagem entre os brancos e os indígenas, do ponto de vista desses últimos.

2017; Limulja, 2022) e as operações imaginantes na midiaticização (Didi-Huberman, 2013; Mondzain, 2017; Rosa, 2019). Mais do que discutir diferenças ontológicas, precisamos reconhecer a política da imagem que se delineia, desafiando o jornalismo, as organizações e os atores sociais midiaticizados, quando, em um gesto de alteridade e denúncia, chegam até nós certas “imagens além de tudo”¹⁰.

2. O destino das imagens yanomami

O povo Yanomami ocupa territórios nas duas vertentes da serra Parima, uma cadeia montanhosa na fronteira entre Brasil e Venezuela. Sua presença nessa região remonta cerca de mil anos, mas a configuração do território contemporâneo se delineia em um movimento migratório ocorrido entre os séculos XIX e XX, decorrente de um grande crescimento demográfico desse povo (Mapa..., 2024). Os yanomami permaneceram isolados até esse período, tendo alguns contatos apenas com outros povos indígenas vizinhos. Isso mudou entre os anos 1910 e 1940, quando ocorreram os primeiros contatos com os *napë pë* (estrangeiros, inimigos, modo de nomear os “brancos”). A partir de 1940, passaram a ocorrer contatos permanentes, tanto através de missões religiosas quanto pela instalação de postos do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) – órgão anterior à Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai). Esse contato, embora oferecesse alguma assistência sanitária, era também fonte de graves surtos epidêmicos (PIB, 2025).

É a partir dos anos 1970, especialmente, que os yanomami passam a sofrer com diversas invasões em seus territórios, motivadas sobretudo pela implementação de projetos de desenvolvimento e colonização pelo governo militar brasileiro – como a rodovia Perimetral Norte BR-210 – e a descoberta de depósitos de minerais na região. Esses dois fatores atraíram garimpeiros, empresas mineradoras, agentes do Exército Brasileiro e envolvidos nas obras. As invasões de garimpeiros ilegais se intensificaram na década seguinte, resultando em conflitos violentos, degradação ambiental e disseminação de doenças, como sarampo, malária, coqueluche e infecções sexualmente transmissíveis. Essas doenças, aliadas à desnutrição, dizimaram o povo Yanomami entre os anos 1970 e 1980 (Mapa..., 2024).

Dois eventos marcam a vida do povo Yanomami no início dos anos 1990. Em 1992, a terra indígena (TI) Yanomami foi finalmente demarcada e o governo federal expulsou cerca de 40 mil garimpeiros que ocupavam a região (Rupp, 2023). No ano seguinte, 16 indígenas

¹⁰ Imagens emergem como problemática social, além da mineração e dos abandonos em saúde. Essa ideia faz um contraponto à noção de “imagens apesar de tudo” (Didi-Huberman, 2020), como veremos adiante.

foram mortos em conflitos com garimpeiros ilegais. O caso, que ficou conhecido como “massacre de Haximu”, foi o primeiro oficialmente reconhecido pela justiça brasileira como genocídio (Mapa..., 2024). Os anos que se seguiram à demarcação foram caracterizados por campanhas nacionais e internacionais de proteção aos direitos territoriais indígenas e de esforços contínuos para a proteção dessa população – embora o garimpo nunca tenha acabado totalmente e projetos desenvolvimentistas tivessem continuidade.

A situação, todavia, piorou quando os garimpeiros retornaram à região com intensidade, a partir de 2016, impulsionados pela diminuição da proteção de terras indígenas e pelo posterior apoio do governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) à mineração (Vick, 2023). O então presidente já havia afirmado que achava que a TI Yanomami não deveria existir (Mapa..., 2024), reafirmando sua defesa pela expansão do garimpo. Para além dos impactos ambientais irreversíveis, o recente retrocesso nas políticas de proteção e fiscalização trouxe outros problemas aos yanomami: aumento dos casos de prostituição, assassinatos de crianças e adolescentes, assédios e estupros de mulheres indígenas, consumo de álcool e falta de investimentos na saúde indígena (Vick, 2022). Lembremos ainda que durante esse período fomos assolados pela pandemia de covid-19, evento devastador para as populações indígenas, que se viram desassistidas pelo governo, não apenas no tratamento da doença como também nos embates acerca dos protocolos de biossegurança que indicavam sepultamentos que desrespeitam a prática ritual dos funerais Yanomami (Silva; Estellita-Lins, 2021).

A denúncia sobre essa situação enfrentou diversos percalços. Medeiros et al. (2023, p. 18) pontuaram como houve um esforço orquestrado do governo à época para “dissociar a imagem de Jair Bolsonaro da crise humanitária Yanomami através da disseminação de desinformação sobre o tema”, o que ocorreu principalmente por meio de teorias conspiratórias, apoio a atividades extrativistas e exaltação às Forças Armadas.

Em janeiro de 2023, o Ministério dos Povos Indígenas, criado na gestão Lula, divulgou que pelo menos 570 crianças da TI Yanomami morreram de desnutrição durante os quatro anos de governo Bolsonaro (Pontes, 2023). A crise humanitária instalada na região foi potencializada pelo crescimento do garimpo ilegal, associado à disseminação da malária, da desnutrição infantil, da contaminação por mercúrio (de rios e pessoas) e ao aumento da exploração sexual. É nesse contexto que surge a fotografia da mulher com desnutrição severa que mobiliza a análise deste artigo.

Essa breve cronologia sinaliza alguns eventos que constituem o que entendemos como campo problemático do acontecimento. Afinal, a imagem da mulher desnutrida fixa signos do sofrimento indígena, convocando como num lampejo outras imagens que remetem às tantas violências infligidas ao povo Yanomami. Segundo Quéré (2005), todo acontecimento se inscreve em campos problemáticos já constituídos, mas sua emergência faz também eclodir outros campos problemáticos. A foto-registro, que poderia muito bem ter sido produzida para fins de documentação e arquivo do setor sanitário, desloca-se e ganha outra vida ao ser divulgada pelos veículos midiáticos. Torna-se símbolo da crise humanitária e, de certo modo, torna-se ela própria o acontecimento – carregada de potência acontecimental, interpelando, provocando uma ruptura e, ao mesmo tempo, convocando e oferecendo interpretações.

Uma dúvida que paira quando a associação responsável por divulgar a foto pede que cessem o seu compartilhamento é: qual o destino das imagens dos Yanomami? Uma das lideranças indígenas mais proeminentes no Brasil é Davi Kopenawa, xamã yanomami que desde os anos 1980 atua ativamente como líder político de seu povo. Quem conhece minimamente a história dos yanomami ou se interessa pelo tema possivelmente já viu alguma fotografia de Kopenawa. Limulja (2023), ao falar sobre o caso da imagem da mulher, afirma que o xamã conscientemente abriu uma concessão quando passou a viajar pelo mundo para denunciar a violência contra seu povo. Ele sabia que sua imagem permaneceria depois de sua morte, mas entendeu que a denúncia era mais importante para tentar impedir que ao seu povo fosse infligido mais sofrimento. Da mesma forma, a extensa obra da fotógrafa Claudia Andujar, que documenta o cotidiano yanomami há várias décadas, já serviu de denúncia para o descaso e para a desumanização por que passam os indígenas.

Ao permitirem o registro, os yanomami fazem um deslocamento sensível: entendem que a imagem da dor visível mobiliza afetos nos *napë pë* e, justamente por isso, abdicam da possibilidade de acessar o céu para denunciar e fazer com que a sobrevivência de seu povo possa ser garantida. Esse dilema nos coloca diante de duas questões que tentaremos aprofundar na sequência: as fricções entre as noções de imagem para os yanomami e para os não-indígenas e a complexificação do acontecimento a partir da circulação da imagem.

3. A circulação da imagem entre a destinação simbólica ao *hutu mosi* e o signo da denúncia aos *napẽ pẽ*

A breve contextualização que fizemos até aqui permite inferir que a estratégia de denúncia do genocídio yanomami pela imagem parece ocorrer, pelo menos, desde o trabalho fotográfico de Cláudia Andujar, que se coloca como parceira de luta, encontrando eco desde então em outras narrativas sensíveis às vivências yanomami (Souza, 2025)¹¹. De outro modo, a denúncia passa a ser feita ao longo dos anos por Davi Kopenawa, que dedica sua vida (e sua imagem) à causa – portanto um trabalho que envolve a tomada de posição da liderança indígena.

O acontecimento em foco neste artigo associa-se a um terceiro gesto de denúncia após aqueles que notamos com Andujar e Kopenawa: lideranças locais produzem imagens, compartilham em perfis de redes sociais e correspondem sobre o tema com veículos jornalísticos e sujeitos em interação na internet, revendo seus fazeres em circulação.

O que acentuamos nesta pesquisa é que não apenas o acontecimento catastrófico do genocídio segue sendo denunciado pela imagem, mas também a imagem se torna uma catástrofe cotidiana (Leal; Gomes, 2020). Acionando um campo problemático (Queré, 2005), a imagem passa a ser objeto de atenção coletiva, trazendo dilemas entre a destinação simbólica e o trabalho sígnico da denúncia.

Como destacou Limulja (2023), “essas imagens tiveram que vir à tona e percorrer o mundo para que os *napẽ pẽ* (brancos) pudessem ter a dimensão da tragédia humana que os Yanomami estavam vivendo”. De certo modo, trata-se do reconhecimento de que a produção do signo visual com a finalidade de denúncia é uma política da imaginação não-indígena.

De fato, a luta pela memória caracteriza boa parte do pensamento ocidental sobre as imagens. Por uma política da imaginação em face de outro genocídio, Didi-Huberman (2020, p. 33) apontou como “as quatro fotografias arrancadas pelos membros do *Sonderkommando* ao crematório V de Auschwitz dirigem-se ao inimaginável, e refutam-no da maneira mais dilacerante possível”. Com Godard, o autor que defendeu “as imagens apesar de tudo” avaliou que “o esquecimento do extermínio faz parte do extermínio” (Didi-Huberman, 2020, p. 38) e que a imagem sobrevivente é uma forma de lembrar e resistir.

¹¹ Souza (2025) percebe, nos trabalhos jornalísticos da Sumaúma, o desenvolvimento de “narrativas sensíveis ao povo yanomami”, também em relação simbólica com as imagens de Andujar.

Na linha de pensamento que estamos traçando, tudo isso faz sentido para os yanomami como um deslocamento, no sentido da alteridade, para que sua denúncia tenha efeito. Lacerda (2021, p. 66) avalia que “o registro sistemático do cotidiano indígena amazônico, nas fotografias de Andujar, desde então auxilia as batalhas políticas que eles enfrentam [...] as lutas contra o genocídio dos povos originários”. Em “A queda do céu”, o xamã relata, a todo tempo, seus esforços e posicionamentos em contato com os não-indígenas. Parece que tudo teria sido diferente “se os brancos não tivessem entrado em nossa floresta quando eu era criança...” (Kopenawa; Albert, 2015, p. 73).

Nesse sentido, é nítido o esforço para que o extermínio dos indígenas não seja esquecido e não se perpetue, tal como coloca Didi-Huberman (2020) com relação a outras catástrofes vivenciadas no Ocidente. Mesmo com essa convergência, é interessante notar como o acontecimento que estamos analisando ressalta diferenças no entendimento sobre as noções de memória e imagem – os *napẽ pẽ* precisam do icônico para lembrar, enquanto os yanomami partem de um pensamento fortemente imagético, mas não-icônico.

Os brancos se dizem inteligentes. Não o somos menos. Nossos pensamentos se expandem em todas as direções e nossas palavras são antigas e muitas. Elas vêm de nossos antepassados. Porém, não precisamos, como os brancos, de peles de imagens para impedi-las de fugir da nossa mente. Não temos de desenhá-las, como eles fazem com as suas. Nem por isso elas irão desaparecer, pois ficam gravadas dentro de nós. Por isso nossa memória é longa e forte. O mesmo ocorre com as palavras dos espíritos xapiri, que também são muito antigas. Mas voltam a ser novas sempre que eles vêm de novo dançar para um jovem xamã, e assim tem sido há muito tempo, sem fim (Kopenawa; Albert, 2015, p. 75).

Quando o xamã fala em “peles de imagem”, remete à necessidade que os não-indígenas têm de um suporte material para lembrar, atrelando a memória à existência dessa exterioridade. A memória yanomami não se relaciona a isso e tampouco compreende o esquecimento como perda – afinal, o esquecimento faz parte do processo mortuário, esquece-se o morto para que ele alcance a felicidade.

Para irmos além do destino denunciante, é preciso compreender minimamente que os yanomami pensam a imagem de outra forma. Viveiros de Castro (2006, p. 325) explica que a noção de imagem para os yanomami é não-icônica e não-visível, estabelecendo relações indiciais com o referente:

[...] o que define uma ‘imagem’ é sua visibilidade eminente: uma imagem é algo para-ser-visto, é o correlativo objetivo necessário de um olhar, uma exterioridade que se põe como alvo da mirada intencional; mas os *xapiripê* [espíritos] são imagens interiores, ‘moldes internos’, inacessíveis ao exercício empírico da visão. Eles são o objeto, poder-se-ia dizer, de um exercício superior ou transcendental desta faculdade: imagens que seriam então como a condição daquilo de que são imagem; imagens ativas, índices que nos interpretam antes que os interpretemos; enigmáticas imagens que devem nos ver para que possamos vê-las.

Quando Kopenawa e Albert (2015) relatam que certas imagens se apresentam ao xamã durante o sono, eles se referem a acontecimentos reais e não a representações da psique. “Tudo que existe possui um *utupě* – e, nos sonhos, são essas imagens que se veem”, explica Limulja (2022, p. 52). A autora relaciona esse entendimento a toda imagem, conforme conhecida pelos não-indígenas:

O *pei utupě* designa toda forma de reprodução: a sombra, o reflexo, o modelo reduzido de um objeto, o eco da voz (*wãha utupě*). Sua extensão para o universo dos brancos abarca tudo aquilo que se refere a uma imagem. Assim, uma fotografia, uma imagem televisiva, um desenho são traduzidos como *utupě*. Quando os xamãs estão sob efeito de substâncias psicoativas, é o *utupě* das coisas que eles veem (Lamulja, 2022, p. 62).

“A definição de imagem é, portanto, inseparável da definição de sujeito” (Mondzain, 2017, p. 39) e, como vimos, para a pessoa yanomami (Limulja, 2022), *utupě* não é uma representação de alguém, mas a imagem vital das pessoas, feita de visualidade e simbologia. A foto de alguém que morreu não pode mais circular porque sua imagem pertence ao *hutu mosi* e não ao assombro dos vivos: impressões, sustos, saudade, nostalgia, medo... ou denúncia. Por isso, as imagens dos mortos devem ir para o “*hutu mosi*, lugar onde vivem os mortos” (Limulja, 2022, p. 38). Ao contrário dos *napě pě*, os yanomami orientam o esquecimento dos mortos para que eles sigam vivos.

Pode-se dizer, portanto, que as imagens dos mortos têm uma destinação simbólica entre os yanomami: o *hutu mosi*. Em contrapartida, o trabalho sógnico da denúncia do genocídio pela imagem é a estratégia viável para lutar pela sobrevivência. Diante do dilema apontado por Limulja (2023) entre essas duas políticas, é preciso complexificar a questão para interrogar a articulação que surge entre o imaginário yanomami e sua ação denunciante, pois “as operações imaginantes são inseparáveis dos gestos que produzem os signos” (Mondzain, 2017, p. 39):

As operações imaginantes são estabelecidas em toda cultura, para onde quer que nos voltemos, a partir de uma relação complexa entre o visível e o invisível. Através de seus mitos fundadores, suas operações materiais e suas produções simbólicas, toda comunidade institui a economia da zona onde se estabelece a circulação entre o visível e o invisível, pois as imagens e as palavras mantêm relações distintas entre a presença e a ausência (Mondzain, 2022, p. 40).

A autora assegura que “essa relação [entre símbolo e signo] não é nunca garantida antes, nunca é dada definitivamente, não tem sua validade na consistência do objeto, mas na existência de sujeitos que a fazem circular e operar entre eles” (Mondzain, 2017, p. 52). Por isso, interessa perceber a imagem em circulação, no modo como se articulam os sentidos e, consequentemente, formas específicas de pensar o problema da imagem.

Vista “exatamente na disputa, no embate pela produção de sentido que se realiza no âmbito dos dispositivos midiáticos”, a circulação se potencializa “quando, tanto instituições midiáticas quanto atores sociais têm condições efetivas de agenciar a circulação” (Rosa, 2019, p. 22-23). É o caso do acontecimento que estamos analisando neste artigo, que se complexifica a partir da circulação da imagem.

Veremos que a questão é mais complexa do que escolher uma opção entre mostrar ou não mostrar a imagem. Buscando um paralelo de reflexões que já existem nos campos antropológico e da arte, precisamos, em nossa pesquisa e nossa comunicação jornalística e em rede, pelo menos, nos aproximarmos das “categorias indígenas para compreender o papel que a fotografia desempenha na constante transformação de suas realidades, identidades e expressões artísticas”, conforme evidenciou Vega (2017, p. 31) em seu trabalho sobre restituição e autorrepresentação diante do arquivo fotográfico yanomami.

4. Imagens além de tudo

O título deste artigo, “imagens além de tudo”, dialetiza com a teorização de Didi-Huberman (2020) sobre as “imagens apesar de tudo”. A intenção é demarcar a diferença da política da imagem yanomami, que oferta suas imagens não apenas como gesto da memória e da luta apesar da catástrofe, mas como gesto de alteridade e denúncia, de entrega icônica em um regime de imagem alheio, além da catástrofe toda.

Como já adiantamos, o campo problemático do acontecimento que estamos observando configura-se a partir da imagem de uma mulher idosa oriunda do povo Yanomami, que foi vítima de desnutrição severa e, por isso, foi fotografada durante uma consulta na unidade de saúde em dezembro de 2022. A mulher yanomami está em pé, em cima do que parece ser

uma balança de chão. Com um dos braços levantado, apoia-se na parede. Por trás, uma agente de saúde a segura, com as duas mãos, dando a impressão de que, se soltar, ela irá cair. A agente está olhando para baixo, mas a mulher yanomami olha diretamente para a câmera. A imagem, em preto e branco, mostra um contraste – à esquerda, uma forte claridade vinda da janela ilumina a peça; à direita, onde está a indígena, um vão produz uma faixa de escuridão, que torna seu corpo esquelético, em primeiro plano, ainda mais visível. Embora sua foto tenha sido divulgada à época já como uma imagem-choque¹², sua circulação se expande cerca de um mês depois, quando veio a óbito. Seu nome não foi divulgado e não seria aqui mencionado por orientação dos yanomami acerca de seu trabalho funerário.

Sem pretensão de exaustividade, rastreamos, pelos buscadores on-line, algumas marcas da circulação dessa imagem. Não se trata, portanto, nem de uma análise plástica de imagem, nem da análise de um veículo em específico. Esse procedimento tem caráter exploratório e se baseia nos estudos sobre circulação de sentidos, que compreende as ideias de um “fluxo adiante” (Braga, 2017) e de defasagem e articulação entre atores e coletivos em produção e reconhecimento, próprias de uma “analítica da midiaticização” (Fausto Neto, 2008). Em nosso caso, acrescentamos ainda a perspectiva de estudos da imagem em circulação, acompanhando sua processualidade simbólica e de atribuição de valor (Rosa, 2019).

A oferta e a restrição da imagem - Em 22 de janeiro de 2023, a Urihi Associação Yanomami noticiou a morte da mulher. A mensagem de luto veio junto com o pedido: “Gostaríamos de pedir a todos que evitem a partir deste momento o compartilhamento da imagem dela, entendemos a importância de levar ao mundo a situação drástica, mas por questões culturais a sua imagem não poderá mais ser divulgada.” A associação explicou que “na cultura Yanomami, após o falecimento, não pronunciamos o nome da pessoa, queimamos todos os seus pertences, e não permitimos que fotografias permaneçam sendo divulgadas”.

A postagem, contudo, reproduziu a imagem da mulher enquanto pedia para que ela não fosse mais divulgada. O luto, a indignação e a empatia pela imagem anteriormente publicada fizeram com que diversas pessoas apontassem a contradição nos comentários à postagem. Com a quantidade de manifestações, a postagem foi apagada em pouco tempo.

¹² Para Sontag (2003), as imagens-choque devem ser evitadas, pois comovem sem mobilizar; mais paralisam do que afetam.

A **imagem em linha fina** - Enquanto isso, a maior parte dos jornais on-line reportou, ao mesmo tempo, a morte da mulher e o problema da imagem. Título e linha fina, em cada matéria, repetiram o mesmo argumento (FIG. 1):

CARTAEXPRESSA

Associação informa a morte de mulher yanomami por grave estado de desnutrição

A Urihi Associação Yanomami pede que a foto da vítima deixe de ser compartilhada em respeito à cultura dos povos

Por CARTACAPITAL

22.01.2023 18H29 | ATUALIZADO HÁ 2 ANOS

Morre mulher Yanomami fotografada em estado grave de desnutrição

Vítima era da comunidade Kataroa, onde há forte presença de garimpeiros ilegais. Imagem mostrava ela em pé, em cima de uma balança, sendo sustentada por uma agente de saúde.

Por g1 RR — Roraima

22/01/2023 17h52 - Atualizado há 2 anos

Morre mulher yanomami em condições severas de desnutrição, diz liderança local

Presidente de conselho de saúde indígena pediu que imagem deixe de ser divulgada em respeito à tradição no território



23 jan 2023 às 18h36

FIGURA 1 – Veículos noticiam a morte, mas também o debate sobre a imagem

FONTES - Carta Capital¹³, G1¹⁴ e Folha de S. Paulo (2023)¹⁵.

É possível notar que, na Carta Capital, no G1 e na Folha de S. Paulo, bem como em outros veículos, o debate sobre “a foto da vítima” ganhou destaque no noticiário e a própria informação sobre a morte esteve atrelada ao referente da “mulher Yanomami fotografada”. É nesse sentido que, além de denunciar a catástrofe, a imagem torna-se também um campo problemático do social (Leal; Gomes, 2020).

Veremos que cada veículo jornalístico realiza diferentes operações imagéticas em resposta ao problema colocado pelo acontecimento em questão. A mesma instabilidade poderá ser observada nos gestos de organizações e atores em redes sociais.

¹³ Disponível em

<https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/associacao-yanomami-informa-a-morte-de-mulher-indigena-por-grave-estado-de-desnutricao/>. Acesso em 10 fev. 2025.

¹⁴ Disponível em

<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2023/01/22/morre-mulher-yanomami-fotografada-em-estado-grave-de-desnutricao.ghtml>. Acesso em 10 fev. 2025.

¹⁵ Disponível em

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/01/morre-mulher-yanomami-em-condicoes-severas-de-desnutricao-diz-lideranca-local.shtml>. Acesso em 10 fev. 2025.

Imagens fortes - Antes mesmo que o dilema se colocasse nas linhas finas dos jornais com a morte da idosa, outras imagens já estavam em circulação, acionando diferentes fazeres. Em 20 de janeiro de 2023, o jornal on-line Sumaúma publicou a reportagem “Não estamos conseguindo contar os corpos”, com um conjunto de imagens de crianças em desnutrição com desfoque no rosto¹⁶, alegando que “foi a própria liderança que pediu que uma foto fosse tirada para ser levada ao mundo”, enquanto outras “mais chocantes não foram liberadas por afrontarem a cultura Yanomami ou por colocarem em risco de morte o autor das fotos”.

Depois, em 22 de janeiro de 2023, fotos similares foram publicadas na reportagem “Yanomamis exibem sinais de desnutrição e de doenças como verminoses” pela Folha de S. Paulo (FIG. 2). Os repórteres Marcelo Toledo e João Paulo Pires não chegaram a explicar o uso das imagens, mas fiaram-se no fotógrafo: “As fotos foram tiradas entre terça-feira (17) e sexta (20), segundo Junior Yanomami, presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena Yanomami e Ye’kuana”.

A essa altura, uma disputa em torno da autenticidade das imagens circulava em redes de desinformação – a fim de desvincular a responsabilidade da gestão Bolsonaro, postagens alegavam falsamente que as imagens haviam sido produzidas em territórios venezuelanos (Menezes, 2023). Em nossa pesquisa, verificamos que isso repercute nos comentários à postagem feita pela Urihi, por parte de atores sociais que acessaram o conteúdo enganoso.

Reunindo as fotografias de Junior Yanomami em um álbum/carrossel, a FSP optou por uma errática operação imagética, já corriqueira e um tanto estabilizada nas práticas jornalísticas, de sinalizar que o conteúdo apresenta imagens fortes, para não dizer “imagens-choque” (Sontag, 2006), diante das quais devemos nos questionar sobre a finalidade desse gesto do olhar:

¹⁶ Disponível em: <https://sumauma.com/nao-estamos-conseguindo-contar-os-corpos/>. Acesso em 10 fev. 2025.

1 / 9 Yanomamis enfrentam desnutrição e doenças como verminoses em Roraima



FIGURA 2 – Folha de S. Paulo publica série de imagens fortes
FONTE - Folha de S. Paulo (2023)¹⁷.

A **imagem-tótem** - Um passo além dessas imagens fortes: quando se instaura o campo problemático do acontecimento da mulher idosa que, logo após ter sua foto capturada e divulgada, veio a óbito, ocorre o processo de fixação de símbolos na midiatização (Rosa, 2019). A foto da mulher concorre à condição de “imagem-tótem” (Rosa, 2012) quando passa a ser continuamente evocada na circulação.

Diante das imagens expostas anteriormente (crianças em coletividade, de costas e/ou com rosto borrado), a fotografia frontal e quase desnuda da mulher parece ter escapado do contrato visual até então estabelecido pelos yanomami para a divulgação de suas imagens. Embora a imagem tenha sido publicizada inicialmente pela Urihi Associação Yanomami, é no fazer jornalístico que se instaura o processo de totemização, quando a imagem referida passa a ser convocada como símbolo do acontecimento, sobrepondo outras imagens possíveis.

Mesmo ciente do dilema que se instaurou, o jornal on-line G1 publicou a foto, novamente, com toda nitidez (exceto pelo desfoque no rosto), para noticiar que “Morre

¹⁷ Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/01/yanomamis-exibem-sinais-de-desnutricao-e-de-doencas-como-verminoses.shtml>. Acesso em 10 fev. 2025.

mulher Yanomami fotografada em estado grave de desnutrição”¹⁸. O jornal declarou, no texto da reportagem que “ao informar o óbito, a associação pediu que a imagem dela não seja mais compartilhada nas redes sociais. A Urihi, no entanto, autorizou que a foto fosse publicada no g1 neste domingo para noticiar a morte da mulher.”

Essa reportagem nos coloca algumas questões importantes. Se o compartilhamento da imagem em redes sociais difere do jornal, qual é o papel do jornalismo na política da imagem yanomami? O icônico não pode ser dispensado “para noticiar a morte da mulher”? A autorização de uso da imagem pela associação isenta o jornal de pensar a imagem? Por que não restituir a imagem (Didi-Huberman, 2017) à destinação ritual que lhe é prevista pelos yanomami, como contrapartida mínima aos esforços dos indígenas quando nos ofertam suas imagens além de tudo?

O esclarecimento e o borrão - As perguntas assim colocadas sugerem um olhar mais atencioso e em respeito aos indígenas e às recomendações feitas pelas organizações que os apoiam na luta. Contudo, não é possível afirmar que há uma resposta prática simples, nem para o jornalismo, nem para organizações e atores em redes sociais. Note-se, por exemplo, a operação imagética da Urihi, em 23 de janeiro de 2023, após a repercussão do acontecimento e a exclusão da polêmica postagem anterior.

A associação optou por publicar uma nota de esclarecimento, com a mesma foto no fundo, mas “com total desfoque na imagem”. “Após diversos comentários distorcidos, viemos explicar novamente que, a intenção da publicação é alertar as pessoas que evitem compartilhar em futuras notícias ligadas a situação do povo Yanomami”, inicia a nota.

Para a associação, o dilema é insolúvel, mas o esclarecimento para futuras abordagens sobre o assunto é possível: “Estamos cientes da impossibilidade de retirar a imagem de todos os meios de comunicação, tendo em vista que já foi compartilhada por diversas pessoas, mas resolvemos publicar a nota como forma de alerta para novas matérias que surgirem utilizando a imagem da idosa.”¹⁹

O que salta aos olhos, contudo, é a persistência do referente. A imagem-tótem presentifica-se mesmo na segunda nota da associação sobre o assunto. O ícone é que se torna

¹⁸ Disponível em:

<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2023/01/22/morre-mulher-yanomami-fotografada-em-estado-grave-de-desnutricao.ghtml>. Acesso em 10 fev. 2025.

¹⁹ Disponível em <https://www.instagram.com/p/CnvzcP1OEIp/>. Acesso em 10 fev. 2025.

referência do acontecimento e parece necessário vê-lo para que seja possível pedir que não seja mais visto. O dilema permanece não apenas no plano das operações imagéticas, mas também no campo prático entre a destinação simbólica da imagem da mulher que veio a óbito para o *hutu mosi* e a recolocação do signo que alcançou a visibilidade para a denúncia do genocídio aos *napẽ pẽ*.

Fantasmagoria - Enquanto a imagem capturada continua disseminada na internet, sob as marcas de diversas operações imagéticas (oferta, restrição, debate, aviso de imagens fortes, totemização, esclarecimento e borrão), a imagem simbólica que se fixou no noticiário segue em circulação sob outras iconicidades e elaborações, como nesta reportagem da CNN (FIG. 3):

Mulher Yanomami morre após ser internada com quadro de desnutrição severa

Filhos da indígena Rodenia, que também passaram pelas mesmas unidades de saúde, foram socorridos e seguem internados no Hospital das Crianças de Boa Vista

Marcos Guedes, da CNN, em São Paulo

29/01/2023 às 14:19

FIGURA 3 – Notícia sobre a morte de outra mulher yanomami uma semana depois
FONTES - CNN (2023)²⁰.

Uma semana depois do acontecimento que estamos analisando, outra mulher yanomami veio a óbito: dessa vez, uma jovem, mãe de crianças que também foram vítimas da desassistência em saúde. Neste caso, embora sejam outras as imagens a acompanhar a matéria, o tema da morte da “mulher Yanomami” com “desnutrição severa” se repete e evoca a imagem-tótem, mesmo que ela não esteja iconicamente repetida.

O destaque que o título da matéria dá aos mesmos termos simbólicos é um indicativo de que o novo caso se tornou pauta em continuidade temática ao anterior, já que, no texto da reportagem, descobrimos que não se trata apenas de um óbito, mas da “morte da indígena e

²⁰ Disponível em

<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/mulher-yanomami-morre-apos-ser-internada-com-quadro-de-desnutricao-severa/>. Acesso em 10 fev. 2025.

de outras cinco pessoas nos últimos dias, nas comunidades de Komatha e Aracaca. Entre as vítimas estão uma liderança indígena e uma criança de nove anos”.

Rosa (2019, p. 11) descreve que essa situação nos remete ao processo de “fantasmagoria das imagens em circulação”, quando “a referência à imagem primeira adere aos acontecimentos posteriores”, com “diferenças estéticas, mas semelhanças contextuais” e “evidência do critério de noticiabilidade ‘choque’”, dentre outras características que atribuem uma vida póstuma à imagem – no nosso caso, avaliamos que uma imagem que se torna icônica além de tudo.

5. Considerações finais

Em seu trabalho sobre a possibilidade de um arquivo fotográfico yanomami, a antropóloga Valeria Vega (2017) menciona algumas situações pertinentes à nossa discussão. Primeiro, relata que Claudia Andujar contou para ela, em uma conversa, que os yanomami costumam destruir páginas de seus livros que contêm imagens de indígenas mortos. Porém, Andujar possui fotografias desse tipo e elas estão presentes em suas exposições. A antropóloga, inclusive, relata ter presenciado a abertura de uma exposição em que haviam essas imagens e os yanomami estavam presentes. Ela infere, portanto, que eles sabiam do destino dessas imagens, considerando inclusive a relação de confiança que há entre a fotógrafa e os yanomami.

Vega também resgata a fala de um yanomami, direcionada a um fotógrafo, na qual ele afirma que seu povo não gosta que estrangeiros tirem fotos suas, pois quando morrem não podem ser queimados. Porém, deixaria que o fotógrafo as fizesse, para mostrar para as pessoas de fora o que eles sofrem e, assim, receber ajuda para a proteção da floresta em perigo. Por fim, a antropóloga narra um terceiro episódio, quando o escritor Janer Cristaldo publicou um artigo na Folha de S. Paulo, em 1994, questionando se o massacre de Haximu havia mesmo acontecido: “desde quando fotos de cabaças, que conteriam cinzas dentro, constituiriam provas para um tribunal?”. Cristaldo se refere a uma foto do missionário Carlo Zacquini que mostra sobreviventes Yanomami carregando as cinzas de seus familiares mortos. Dentre as respostas a Cristaldo, publicadas no mesmo jornal, está a de Zacquini:

Quando tirei a fotografia dos parentes dos chacinados de Haximu, confesso que me senti um verme, pois sabia que, para os ianomâmis, o que eu estava fazendo era tão grave quanto a profanação de túmulos é em nosso conceito, mas me forcei a fazê-la por achar que isso era exatamente importante para transmitir ao resto da

humanidade fatos e sentimentos que há mais de 500 anos estão povoando a história dos povos indígenas e que nunca são provados o bastante. (Vega, 2017, p. 95).

Diante desses episódios, Vega (2017, p. 93) percebe que há certa ambiguidade e flexibilidade em torno da destruição das fotografias, muitas vezes dependente “do contexto, do espaço, das gerações e da relação específica do fotógrafo com os Yanomami”. Isso, por si, não invalida a relação que os yanomami têm com o ritual funerário, tampouco a sua reivindicação sobre a imagem analisada neste artigo. Pelo contrário, demonstra a complexidade que a existência da imagem fotográfica instala.

Buscamos neste artigo discutir a relação entre a destinação simbólica e o signo da denúncia a partir da circulação de uma imagem do genocídio Yanomami. Didi-Huberman (2013, p. 33) chama a atenção para o fato de que toda imagem “[...] resulta dos movimentos provisoriamente sedimentados ou cristalizados nela. Esses movimentos a atravessam de fora a fora, e cada qual tem uma trajetória – histórica, antropológica, psicológica – que parte de longe e continua além dela”. Por isso, primeiro trabalhamos em identificar esses movimentos, que em nosso entendimento constituem um campo problemático em torno da imagem. Ela não irrompe do nada, mas traz consigo outras imagens, iluminando dialeticamente imagens de outros tempos.

A partir dessa identificação, assinalamos algumas compreensões que os yanomami têm sobre a noção de imagem. Seria ingênuo almejar uma tradução total, afinal, ao lidar com sistemas de pensamento diferentes (o indígena e o branco-ocidental) lidamos com lacunas. Isso, de certo modo, também explica as negociações que os Yanomami fazem acerca da circulação da imagem de seus mortos – afinal, eles também lidam com uma materialidade que advém de uma tecnologia dos brancos e que os coloca diante de uma necessária tomada de posição. Ao permitirem a circulação da imagem, parecem entender que o controle total do fluxo circulatório é impossível.

Nos parece instigante pensar o caso da circulação da idosa yanomami porque a discussão em torno do acontecimento parte de problemas acerca da imagem. É ela que mobiliza o acontecimento, tornando-se centro de um debate intenso, que faz com que a própria organização responsável por sua divulgação tenha uma atitude dúbia (ofertando a imagem e autorizando sua divulgação em veículos jornalísticos, enquanto pede que as pessoas deixem de compartilhar). Os jornais, por sua vez, utilizam um conjunto de operações (borrar, avisar sobre o conteúdo sensível, indicar a imagem através de link etc.) que são

frágeis e mostram também os limites da editorialização. Os sujeitos em interação nas redes sociais participam do processo de totemização, às vezes se veem enganados pela disputa imagética e, outras vezes, apontam as contradições que emergem da circulação, como verdadeiros observadores-analistas da midiaticização.

Quando a imagem-acontecimento se torna totêmica, adensa-se seu caráter fantasmagórico tanto no agendamento de novas notícias que entram em circulação, quanto no arquivo que se forma nessa dinâmica. Mesmo ausente, aparece. Sobrevive através de indícios, de rastros que não puderam ser queimados junto com os demais pertences da falecida. Conforme pudemos notar, a discussão é mais complexa do que publicar ou restringir a imagem, que são apenas duas direções a tensionar a alteridade. Quando *utupê* decai em imagem-denúncia para que os não-indígenas possam compreender a realidade do genocídio, é possível notar um gesto de abertura que precisamos devolver também na pesquisa e na comunicação midiaticizada: é possível desenvolver um pensamento da imagem midiaticizada capaz de compreender a diferença na gestão política da imagem em circulação?

Referências

- BRAGA, José Luiz. Matrizes interacionais. In: BRAGA, José Luiz et al. **Matrizes interacionais** – A comunicação constrói a sociedade. Campina Grande: EDUEPB, 2017, p. 15-84.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. **A imagem sobrevivente**. História da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. Devolver uma imagem. In: ALLOA, Emmanuel (org.). **Pensar a imagem**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017, p. 205-226.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. **Imagens apesar de tudo**. São Paulo: Editora 34, 2020.
- FAUSTO NETO, Antonio. Fragmentos de uma “analítica” da midiaticização. **MATRIZES**, vol. 1, n. 2, 2008, p. 89-105.
- KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- LEAL, Bruno; GOMES, Itânia. Catástrofe como figura de historicidade. BERTOL, R. et al. (orgs.). **Catástrofes e crises do tempo**. Belo Horizonte: Selo PPGCOM/UFMG, 2020, p. 31-52.
- LIMULJA, Hanna. **O desejo dos outros: Uma etnografia dos sonhos yanomami**. São Paulo: Ubu, 2022.
- MAPA de conflitos. O garimpo ilegal e o genocídio yanomami. **Mapa dos conflitos** - injustiça ambiental e saúde no Brasil. 2024. Disponível em <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/rr-invasao-de-posseiros-e-garimpeiros-em-terra-yanomami/>. Acesso em 11 jan. 2025.
- MEDEIROS, Priscila; SALLES, Débora G.; SANTOS, Marina L.; OLIVEIRA, Rose M. S. Desinformação socioambiental como ferramenta de propaganda: uma análise multiplataforma sobre a crise humanitária Yanomami. In: Anais do 32º Encontro Anual da Compós, 2023, São Paulo: **Anais eletrônicos...**, Galoá, 2023.

Disponível em <https://proceedings.science/compos/compos-2023/trabalhos/desinformacao-socioambiental-como-ferramenta-de-propaganda-uma-analise-multiplat?lang=pt-br>. Acesso em 11 jan. 2025.

MENEZES, Luiz Fernando. É falso que fotos de yanomamis divulgadas na imprensa foram feitas na Venezuela. **Aos Fatos**, 25 jan. 2023. Disponível em <https://www.aosfatos.org/noticias/falso-fotos-yanomamis-venezuela/>. Acesso em 11 jan. 2025.

MONDZAIN, Marie-José. A imagem entre proveniência e destinação. In: ALLOA, Emmanuel (org.). **Pensar a imagem**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017, p. 39-54.

MONDZAIN, Marie-José. **Confiscação das palavras, das imagens e do tempo**: por uma outra radicalidade. Belo Horizonte: Relicário, 2022.

PIB. Yanomami. **Povos Indígenas no Brasil** - Instituto Socioambiental. Disponível em https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Yanomami#O_trabalho_dos_paj.C3.A9s. Acesso em 11 jan. 2025.

PONTES, Nádia. Apagão de dados sob Bolsonaro ocultou crise yanomami. **Deusch Welle Brasil**, 22 jan. 2023. Disponível em <https://www.dw.com/pt-br/apagão-de-dados-sob-bolsonaro-tentou-ocultar-dimensão-da-crise-yanomami/a-64479746>. Acesso em 11 jan. 2025.

QUÉRÉ, Louis. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. **Trajectos**. Revista de Comunicação, Cultura e Educação, Lisboa, n. 6, p. 59-75, 2005.

ROSA, Ana Paula. Imagens que pairam: A fantasmagoria das imagens em circulação. **Revista Famecos**, vol. 26, n. 2, 2019, p. 1-25.

ROSA, Ana Paula. **Imagens-tótems**: a fixação de símbolos nos processos de midiatização. 2012. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2012. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/3429>. Acesso em 12 fev. 2025.

RUPP, Isadora. Como o garimpo foi expulso da terra Yanomami em 1992. **Nexo Jornal**, 24 jan. 2023. Disponível em <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2023/01/24/Como-o-garimpo-foi-expulso-da-terra-Yanomami-em-1992>. Acesso em 11 jan. 2025.

SILVA, Marcelo Moura; ESTELLITA-LINS, Carlos. A xawara e os mortos: os Yanomami, luto e luta na pandemia da Covid-19. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, ano 27, n. 59, p. 267-285, jan./abr. 2021.

SOUZA, Suianne. **O imaginário sobre as vivências yanomami em narrativas jornalísticas sensíveis às suas lutas**. No prelo, 2025.

VEGA, Valeria. **Imagens sem pele e esquecimento Yanomami**: Restituição e autorrepresentação na conformação de um modelo de arquivo fotográfico. 2017. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017. Disponível em <https://encurtador.com.br/CuyFc>. Acesso em 12 fev. 2025.

VICK, Mariana. 30 anos da terra Yanomami: os desafios de 1992 e de hoje. **Nexo Jornal**, 25 maio 2022. Disponível em nexojornal.com.br/expresso/2022/05/25/30-anos-da-terra-Yanomami-os-desafios-de-1992-e-de-hoje. Acesso em 11 jan. 2025.

VICK, Mariana. Yanomami: origem, história, práticas e visões de mundo. **Nexo Jornal**, 10 fev. 2023. Disponível em nexojornal.com.br/expresso/2023/02/19/yanomami-origem-historia-praticas-e-visoes-de-mundo. Acesso em 11 jan. 2025.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A floresta de cristal: notas sobre a ontologia dos espíritos amazônicos. **Cadernos de campo**, São Paulo, n. 14/15, p. 319-338, 2006.